

No. 154
ABR-MAI-JUN
ANO 22/2012

farj@riseup.net
http://www.farj.org
Cx. Postal 14576
CEP 22410-971
Rio de Janeiro/RJ - Brasil

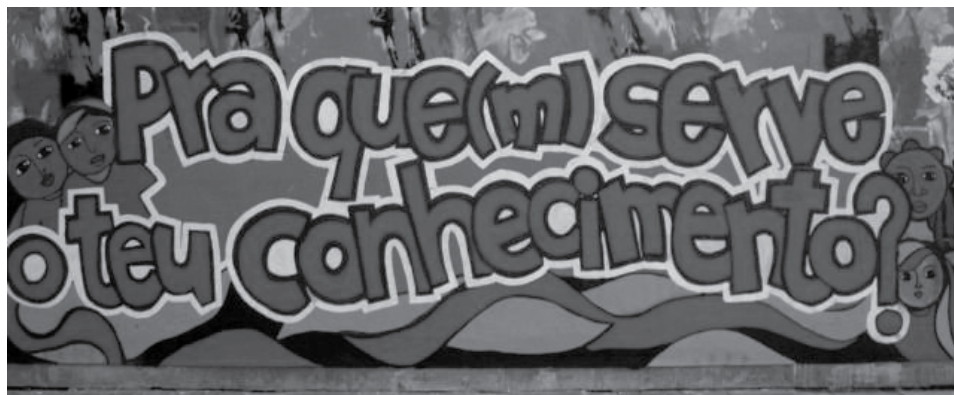


LIBERA

INFORMATIVO DA FEDERAÇÃO ANARQUISTA DO RIO DE JANEIRO - FARJ
INTEGRANTE DA COORDENAÇÃO ANARQUISTA BRASILEIRA - CAB

GREVE GERAL NA EDUCAÇÃO

E OS HORIZONTES DA LUTA SINDICAL SOB O GOVERNO DILMA



“As necessidades da luta levam os trabalhadores a apoiarem-se, de um país a outro e de uma profissão a outra.”

Bakunin

Iniciada em 17 de maio, a greve dos docentes das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior) vence o seu primeiro mês registrando a adesão de 55 Universidades espalhadas pelo país. Para o reforço e ampliação do quadro inicial, o movimento paredista contou com a greve dos estudantes, dos técnico-administrativos das universidades (FASUBRA) e dos trabalhadores da educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE). Um sinal positivo desta greve é a adesão crescente de outras categorias de trabalhadores (e estudantes), também insatisfeitas com as políticas do governo e que dá indícios, ainda que não confirmados, de caminhar para uma possível greve geral, ou uma greve de massas.

Como mais um dos sintomas de que o governo do PT defende os interesses dos poderosos, as manifestações que seguem pelo país são as respostas dadas nas ruas à lógica do governo federal para o ensino público. Lógica que se torna evidente, não apenas na imposição de distorções grotescas na diferenciação interna da categoria estampada no plano de carreira, como ainda, nas vampirescas políticas de precarização e privatização do ensino público federal.

Operando um modelo que mantém intacto o núcleo duro do poder político e econômico no país, o governo Lula/Dilma mostrou-se ainda mais eficiente que os anteriores no que diz respeito à manutenção, e em alguns casos a ampliação, da pauta burguesa ao possibilitar: o congelamento salarial, as diversas reformas, incluindo a da previdência, ajustes fiscais no setor público, cortes no investimento social, emperramento da reforma agrária, desregulação ambiental e favorecimento de novas modalidades privadas de gestão das coisas públicas. Políticas que levaram a piores condições de vida para os trabalhadores e aumento dos lucros da burguesia nacional e internacional. Enquanto o neo-liberalismo empobrece o povo em geral e destrói direitos dos trabalhadores, o governo petista implementa medidas *compensatórias*. Tenta elevar estatisticamente os indicadores sociais sem, no entanto, uma política consistente para resolver problemas estruturais. Fenômeno, aliás, típico de um receituário híbrido no qual destacam-se os ingredientes socialdemocratas e liberais. Somando-se a isso, o governo pratica uma política de agiotagem internacional que consome 47,19% do orçamento federal no pagamento da dívida e dá apenas 3,18% para a educação. Utilizando um ditado popular, o atual governo “enxuga o gelo” capitalista e neo-liberal.

Como corolário das iniciativas aqui expos-

tas, no relacionamento com os sindicalistas, o governo, não raro, chega a ameaçar os servidores em greve com o corte de ponto e “firmeza nas negociações” com os setores que nas palavras do governo “insistem em fazer greve”¹.

Junto a isso se fortalece o discurso do “crescimento econômico” e a “ascensão social”, promovidos pelo acesso ao crédito bancário e o estímulo ao consumo desenfreado. Nunca os trabalhadores ficaram tão endividados: já são 14 milhões famílias nessa situação. Neste modelo econômico, que alguns estudos vêm chamando de *neodesenvolvimentismo*, setores da classe dominante fazem pressão para lucrarem por meio de modelos privatizados de serviços que são direitos do povo, como a saúde, o transporte e a educação, que, progressivamente, passam às mãos de empresas privadas. Os bancos e os capitalistas nacionais nunca lucraram tanto. Em compensação, os trabalhadores, a despeito do governo de centro “esquerda”, continuam a ser despejados, criminalizados e reprimidos.

No que diz respeito ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), nas universidades públicas, e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), nas privadas, o governo faz uso do argumento da expansão do ensino superior no país para seguir com a fórmula do mercado para a educação. Por meio do PROUNI as universidades privadas faturam alto ao receberem isenção de impostos para garantirem a matrícula de “alunos de baixa renda”, ou endividando os estudantes via Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Já no REUNI temos a ampliação as vagas nas universidades federais, de maneira desordenada, aumentando a proporção de alunos por professor, sem infraestrutura necessária para acomodar novos estudantes, nem assistência estudantil adequada para aqueles que necessitam

de alojamento, alimentação, transporte e demais custos universitários.

Seguindo esta lógica de mercantilização da educação, o governo federal lançou por decreto, em 2007, o PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação). Inserido no projeto do PAC, o plano anuncia atualmente uma expansão da rede federal de escolas técnicas e de ensino superior no Estado do Rio, concentrando seus esforços na total subordinação da educação às demandas do mercado capitalista. No ensino fundamental, o PDE estimula parcerias entre prefeitura, escolas e iniciativa privada e indica uma cada vez maior desobrigação do Estado para com a escola pública. Um dos documentos que fundamenta o PDE é o “Movimento Todos Pela Educação”, cujos maiores patrocinadores são Gerdau, Banco Real, Depaschoal, Fundação Bradesco, Fundação Itaú, Suzano, Instituto Camargo Correia e Odebrecht. Vê-se uma reconfiguração do papel do Estado, assumindo cada vez mais a posição de um “regulador” e avaliador do ensino, ao mesmo tempo que exige dos professores as mesmas metas de qualidade (IDE - Índice de Desenvolvimento da Educação) de países desenvolvidos.

Junto com esses elementos podemos apontar o assédio constante do governo petista à autonomia política e pedagógica das instituições educacionais, que se repete em todos os níveis de ensino, impondo a lógica burocrática, produtivista (produzir cada vez mais) e empresarial ao sistema público (ensino médio e superior), lógica alheia a todos os postulados éticos da educação emancipadora ou das tradições populares complementares a esta.

Assim, diante deste quadro geral, num contexto em que o governo PT, em seu pacto de classes consegue impor a agenda burguesa, que mesmo a era FHC não foi capaz de efetivar na sua plenitude, e tendo em vista que as atuais mobilizações dos setores

NAS BOCAS...

“(...) Os governantes, sejam presidentes ou reis, não são outra coisa senão os cães de guarda do capital.”

Flores Magón

da educação caracterizam-se pela luta por manutenção, e não pela incorporação de novos direitos, é preciso atuar como fermento nas atividades reivindicatórias com o objetivo de termos nossa própria agenda de luta, ao invés de nos mobilizarmos apenas quando os direitos nos são roubados. Construir nossa agenda é entender também a agenda dos exploradores e dominadores. Estamos falando das políticas governamentais do IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana) e sua variante local, o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).²

As lutas de determinada categoria não estão isoladas do restante da classe trabalhadora. É preciso fortalecer a solidariedade de classe entre as diferentes lutas, não pelo acordo de cima para baixo entre “correntes” políticas, mas nas próprias bases. Para isso é preciso superar o pensamento corporativista, compreendendo que as investidas dos governos federal, estaduais e municipais contra as categorias dirigem-se, em última instância, a toda classe. Neste sentido defendemos, há algum tempo, em oposição à tradição leninista, a aproximação sem subordinação, dos sindicatos combativos ao movimento popular e os setores mais precarizados da classe numa aliança ombro a ombro entre os/as oprimidos/as. Contrariando este indicativo, infelizmente, alguns partidos políticos nos últimos acontecimentos grevistas, escolheram realizar uma aliança com os setores repressivos (policiais) que costumeiramente assassina e persegue os setores da classe mais

precarizados e reprimem o movimento popular.

Acreditamos que para superar o corporativismo e o oportunismo político é preciso reforçar o *novo* sujeito nas lutas cotidianas, construindo o poder popular, seja por meio de entidades de trabalhadores, grupos de base ou movimentos sociais, com autonomia política e democracia direta. Sabemos o quanto a burocratização dos sindicatos, assim como o atrelamento das lutas às pautas dos partidos tem sido nocivos para os trabalhadores. A burocratização possui um efeito que é incorporado pelo sistema de dominação. Muitos militantes forjados no sindicalismo (ou no movimento estudantil) tornaram-se gestores do estado que hoje retira direitos da educação e de outros setores: esse é o caso da União Nacional dos Estudantes (UNE). Para reforçar esta tese, lembramos que com a estratégia de cooperação do governo Lula/Dilma, centenas de sindicalistas ou ex-sindicalistas assumiram cargos em ministérios, na administração pública ou em direção de empresas estatais. Isso foi fundamental para retirar mais direitos da classe. Os lutadores de ontem viraram os gestores de hoje. Isso não deve nos assustar. Os mecanismos institucionais do sistema de dominação capitalista estão cheios de “produções constantes a favor

[...] é preciso superar o pensamento corporativista, compreendendo que as investidas dos governos federal, estaduais e municipais contra as categorias dirigem-se, em última instância, a toda classe.

de manter e reproduzir um tipo de ordem social”. “Não parece ser de boa estratégia escolher aquelas vias, aqueles lugares e trajetórias que tem dono e o poder de imprimir seu selo ao que ali entra.”³ Quantas organizações políticas, quantos lutadores cheios de ideais e sonhos terminaram pensando com a lógica do sistema e vendo como inimigos a seus queridos companheiros de ontem.”⁴

Apesar disso, alguns setores não vêem contradição entre defender um projeto que dê protagonismo às bases com a proposta de participar das eleições e reforçar mandatos parlamentares “combativos”, que lentamente sucumbem a lógica do sistema, ou imprimem aos movimentos sociais suas

pautas e seu personalismo político.

O discurso de democracia de base e protagonismo popular é acionado

no movimento sindical pelos partidos políticos, mas infelizmente, na prática, a visão do partido como um possível “guarda-chuva” das lutas ou seu legítimo condutor se reproduz. Introduce-se nos movimentos sociais a divisão capitalista entre os que planejam e os que executam. “A vanguarda”, nos disse certa vez um companheiro do movimento popular, “oprime psicologicamente a classe”, por que “introduz nesta o

sentimento de que é incapaz de guiar seus próprios destinos”.

Para nós a ação da classe nas greves e manifestações da educação pode demonstrar seu protagonismo e como disse Bakunin, sua capacidade de força coletiva e entendimento entre os trabalhadores. Para isso é fundamental que os setores libertários – ainda que no momento minoritários – procurem imprimir nas lutas sindicais, camponesas e populares a metodologia da ação direta, da decisão pela base, do federalismo político e da autonomia/independência da classe frente a governos e a instrumentos políticos que lhe desejam subordinar. É preciso também “reinventar”, retomando elementos libertários da tradição histórica do socialismo, os instrumentos das greves. Demonstrar fraternalmente os limites da luta não impede de apontar com firmeza o oportunismo parlamentar-eleitoral, o personalismo e a burocratização dentro dos movimentos. Juntos, estes contribuem para as derrotas do nosso povo nos processos históricos em que as resistências foram testadas.

Criar um povo forte!

Lutar! Criar! Poder Popular!

Notas:

1. *Folha de São Paulo*, 10 de outubro de 2011.
2. *Liberia* #149, março-abril, 2011.
3. *O Poder Popular desde a concepção anarquista*, FAG-FAU.
4. *idem*.

Coordenação Anarquista Brasileira - CAB

Declaração de Princípios

Nos dias 8, 9 e 10 de junho de 2012, realizou-se no Rio de Janeiro o Congresso da Coordenação Anarquista Brasileira (CONCAB), reunindo no Rio de Janeiro as delegações das nove organizações que compõem a CAB: Federação Anarquista Gaúcha (RS), Coletivo Anarquista Zumbi dos Palmares (AL), Rusga Libertária (MT), Federação Anarquista do Rio de Janeiro (RJ), Organização Anarquista Socialismo Libertário (SP), Coletivo Anarquista Bandeira Negra (SC), Organização Resistência Libertária (CE), Coletivo Anarquista Luta de Classe (PR), Coletivo Anarquista Núcleo Negro (PE).

O evento foi co-organizado com a Federação Anarquista Uruguaia e contou com presença de grupos de outros estados: Coletivo Mineiro Popular Anarquista (MG), Pró-Organização Anarquista do Espírito Santo (ES) e Pró-Organização Anarquista da Baixada Santista (SP) e de individualidades dessas e de outras localidades do Brasil. O I CONCAB contou ainda com a presença da Federação Anarco-Comunista Argentina e da Frente Anarco-Comunista Zabalaza, da África do Sul. Em três dias intensos de atividades, o I CONCAB discutiu e formalizou as adesões das novas organizações, realizou discussões de conjuntura e programa mínimo e realizou um debate e um ato público.

Esse evento marca uma mudança de organicidade do antigo Fórum do Anarquismo Organizado (FAO) que, com a CAB, marca mais um passo na construção de uma organização anarquista nacional de matriz especificista.

O que é a CAB?

A Coordenação Anarquista Brasileira (CAB) é um espaço organizativo fundado em 2012 que articula nacionalmente organizações e grupos anarquistas que trabalham com base nos princípios e na estratégia do anarquismo especificista. A CAB surge como resultado dos dez anos do processo de organização, iniciado em 2002, com o Fórum do Anarquismo Organizado (FAO). Durante essa década, avança em termos político-ideológicos e em re-

lação aos trabalhos nos movimentos populares. A fundação da CAB marca a passagem de um fórum para uma coordenação nacional, evidenciando um aumento de organicidade e fundamentando as bases para o avanço rumo a uma organização anarquista brasileira.

Nossa concepção organizativa do anarquismo

Todos os grupos e organizações da CAB, assim como aqueles interessados em ser seus membros, devem concordar, defender e aplicar esta concepção de anarquismo, que consideramos o mínimo necessário para o início dos trabalhos conjuntos. O anarquismo defendido pela CAB é compreendido a partir dos princípios político-ideológicos e pela sua estratégia geral colocados a seguir.

Princípios políticos e ideológicos

A compreensão, a defesa e a aplicação dos seguintes pontos:

- a) Do anarquismo como ideologia e, assim, como um sistema de idéias, motivações e aspirações que possuem necessariamente uma conexão com a ação no sentido de transformação social, a prática política.
- b) De um anarquismo em permanente contato com a luta de classes dos movimentos populares de nosso tempo e funcionando como ferramenta de luta e não como pura filosofia ou em pequenos grupos isolados e sectários.
- c) De um conceito de classe que inclui todas as parcelas de explorados, dominados e oprimidos da nossa sociedade.
- d) Da necessidade do anarquismo retomar seu protagonismo social e de buscar os melhores espaços de trabalho.
- e) Da revolução social e do socialismo libertário como objetivos finalistas de longo prazo.

- f) Da organização como algo imprescindível e contrária ao individualismo e ao espontaneísmo.
- g) Da organização específica anarquista como fator imprescindível para a atuação nas mais diversas manifestações da luta de classes. Ou seja, a separação entre os níveis político (da organização específica anarquista) e social (dos movimentos sociais, sindicatos, etc.).
- h) Da organização anarquista como uma organização de minoria ativa, diferindo-se esta da vanguarda autoritária por não se considerar superior às organizações do nível social. O nível político é complementar ao nível social e vice-versa.
- i) De que a principal atividade da organização anarquista é o trabalho/inserção social em meio às manifestações de luta do povo.
- j) De que a ética é um pilar fundamental da organização anarquista e que ela norteia toda a sua prática.
- k) Da necessidade de propaganda e de ela ter de ser realizada nos terrenos férteis.
- l) Da lógica dos círculos concêntricos de funcionamento, dando corpo a uma forma de organização em que o compromisso está diretamente associado com o poder de deliberação. Da mesma maneira, uma organização que proporcione uma interação eficiente com os movimentos populares.
- m) De que a organização deve possuir critérios claros de entrada e posições bem determinadas para todos que queiram ajudar (níveis de apoio /colaborador).
- n) Da autogestão e do federalismo para a tomada de decisões e articulações necessárias, utilizando a democracia direta.
- o) A busca permanente do consenso, mas, não sendo possível, a adoção da votação como método decisório.

p) Do trabalho com unidade teórica, ideológica e programática (estratégica / de ação). A organização constrói coletivamente uma linha teórica e ideológica e da mesma forma, determina e segue com rigor os caminhos definidos, todos remando o barco no mesmo sentido, rumo aos objetivos estabelecidos.

q) Do compromisso militante e da responsabilidade coletiva. Uma organização com membros responsáveis, que não é complacente com a falta de compromisso e a irresponsabilidade. Da mesma forma, a defesa de um modelo em que os militantes sejam responsáveis pela organização, assim como a organização seja responsável pelos militantes.

r) Os militantes que compõem a organização têm, necessariamente, de estar inseridos em um trabalho social, bem como se ocupar de atividades internas da organização (secretarias, etc.)

Estratégia geral

A estratégia geral do anarquismo que defendemos baseia-se nos movimentos populares, em sua organização, acúmulo de força, e na aplicação de formas de luta avançada, visando chegar à revolução e ao socialismo libertário. Processo este que se dá conjuntamente com a organização específica anarquista que, funcionando como fermento/motor, atua conjuntamente com os movimentos populares e proporciona as condições de transformação. Estes dois níveis (dos movimentos populares e da organização anarquista) podem ainda ser complementados por um terceiro, o da tendência, que agrega um setor afim dos movimentos populares.

Essa estratégia, portanto, tem por objetivo criar e participar de movimentos populares defendendo determinadas concepções metodológicas e programáticas em seu seio, de forma que possam apontar para um objetivo de tipo finalista, que se consolida na construção da nova sociedade.

ConCAB - Junho de 2012

A organização específica anarquista enquanto acúmulo organizativo e construção do poder popular*

Malatesta identifica a necessidade da luta econômica e política como dois dos elementos necessários para o avanço rumo à emancipação do povo oprimido. Quanto às lutas econômicas, considerando nosso contexto atual, podemos entender também as diferentes mobilizações e reivindicações, não apenas no âmbito das relações de trabalho, mas também aquelas que abarcam as questões que tocam as demais necessidades do povo. Desemprego, falta de acesso à moradia, ao saneamento, a sistemas eficientes de saúde, educação, cultura, entre outros problemas, podem ser entendidos também como consequências de um sistema organizado no sentido de explorar e dominar o povo, como é o capitalismo, para garantir suas necessidades econômicas e políticas e perpetuar o estado atual das coisas.

Assim, partindo de Malatesta, entendemos essa luta pelas demandas cotidianas como um dos elementos de extrema importância na construção do poder popular e, conseqüentemente, de um sujeito revolucionário que não é dado *a priori*, mas também é construído na luta diária. Essa luta se traduz nos locais de moradia, de trabalho e, no caso da luta rural, no espaço onde as duas situações podem se encontrar.

Mas a luta cotidiana ou econômica também tem seus limites. “Então a força dos trabalhadores se choca com a dos patrões, assim como contra o governo, que é seu órgão político e armado de defesa. Então a luta econômica se torna política.”

Podemos entender desse modo, a *organização política* como uma consequência, e uma necessidade do avanço dessa luta cotidiana. A organização política anarquista, que aqui representamos com nossas organizações irmãs, não substitui a luta popular, mas ajuda a potencializá-la. Não é uma organização de *eleitos* autoproclamados, mas pretende como *minoria ativa*, apoiar a auto-organização da classe sob uma perspectiva revolucionária e ajudar a construir um projeto de poder popular que não forme novos dominadores em seu movimento.

A construção do poder popular passa por essa dinâmica. A opção, por parte do povo, de um projeto de organização de classe autônomo, organizando-se diante de um sistema muito bem estruturado para nos dominar e explorar, prova, nas lutas cotidianas, ser uma opção viável de libertação.

“Os trabalhadores não poderão jamais se emancipar enquanto não encontrarem na união a força moral, a força econômica e a força física necessárias para dismantelar a força organizada dos opressores”. Essas palavras *malatestianas* articulam um tripé impossível de ser desfeito aos que pretendem a transformação radical da sociedade.

O acúmulo organizativo que vamos construindo, passo a passo, deve ser generoso em suas

perspectivas. Não deve limitar-se apenas à solução das necessidades materiais. Sabemos que os elementos simbólicos, culturais e religiosos transpassam todas essas questões materiais. Pensar a solução dessas demandas sem levar em conta os laços que constituem todo um “tecido social”, destruído pelo capitalismo, é limitar as possibilidades do nosso projeto. Assim como esperar que o sistema se desestruture pacificamente, sem a mobilização e a luta avançada da classe, é uma ingenuidade desfeita pela análise histórica de matriz libertária.

A organização política influencia e é influenciada pelo povo e suas organizações de base.

“À vontade de crer, oponho a vontade de saber, que deixa aberto diante de nós o campo ilimitado da pesquisa e do descobrimento.” **Malatesta**

Podemos entender que, muito mais do que certezas, ou aplicação de fórmulas, a construção do poder popular implica em *saber* ouvir e conhecer não só os problemas e as demandas do local de atuação da militância, mas reconhecer, valorizar e estimular as iniciativas populares de organização. Querer antecipar a consciência libertária da classe com ações e formas forçadas, deslocadas de certos contextos, é sinal de impaciência política e compromete um real acúmulo coletivo. É cair no erro de atuar sempre ideologicamente, reproduzindo o que seria uma “forma revolucionária”, em vez de trabalhar com as ferramentas teóricas construídas e pautadas nos princípios ideológicos. Prática que acaba levando ao sectarismo ou à intolerância que logo classifica de “alienados” aqueles que não pensam e agem daquela “forma” que se crê ser a mais correta.

Considerar que a organização política já possui todas as respostas antecipadamente é reproduzir erros antigos de orientações ideológicas exógenas ao anarquismo. A organização política não está *pronta*. Tem de preferir dar dois passos com a classe a dar mil, isolada entre seus iguais. Esta prática deve ser compreendida como um exercício permanente de organização, algo que os sindicalistas revolucionários e os anarquistas chamavam de “ginstica revolucionária”. Esse movimento, que permanece como um projeto em *construção*, edifica-se junto às classe que deseja fortalecer e não isolada, em suas próprias reflexões. Aprender é escutar. Mas não basta simplesmente estar nos movimentos e viver à reboque deles; é preciso estar lá com um programa e uma estratégia bem definidas, para não despediçar e fragmentar as energias militantes.

É na base que construímos o federalismo de matriz libertária, valorizando a delegação enquanto responsabilidade coletiva. Nossos esforços militantes devem ser medidos de acor-

do com este parâmetro, pois o poder popular é aquele que se enraiza de baixo para cima, “pela base e à esquerda”, como dizem os zapatistas. Nesse sentido, a atuação de nossos/as militantes no sindicalismo, no movimento estudantil, popular e rural deve procurar construir a casa pela sua fundação, sem ignorar que a complexidade das lutas implica na mediação da política com a realidade.

Por um estilo militante de trabalho social e político

Entendido como o modo específico de realização da política aplicada pelo/a militante, e que se traduz diretamente em sua relação com o trabalho e a inserção social, o estilo militante é a **coerência** do/a militante e do conjunto da militância com os **princípios, métodos** e a **linha política** de uma organização. Sabemos que não há nenhum/a militante que reúna todas as qualidades exigidas por uma organização e que nesta convivem vários temperamentos e singularidades. Mas há elementos básicos que são necessários. Espera-se que o militante seja um bom organizador, que tenha responsabilidade coletiva e comprometimento com as tarefas exigidas (internas – da organização, e externas – dos movimentos sociais). Que seja ético, camarada, que escute os seus/suas companheiros/as de luta e que, nos trabalhos sociais, principalmente, saiba que ele/a é o “rosto” da organização. Que não se comporte autoritariamente ou de forma vaidosa/excêntrica e que lide com o povo e com seus companheiros com respeito e sinceridade. Que fale a linguagem que o povo compreenda. Que não faça “terra arrasada” nas assembleias e atividades públicas, como se estivesse num combate de “foices” ou esgrima, onde se deve abater o adversário ao invés de contribuir com o coletivo.

Se a utopia do socialismo libertário que queremos realizar se faz com uma longa caminhada, os valores que criam os novos sujeitos constituem-se no presente e são inegociáveis. Espera-se que os/as militantes não reproduzam no seu cotidiano formas de opressão – mesmo que sutis –, tampouco de domínio e exploração para com os outros/as companheiros/as de luta e trabalhadores. Sabemos o quão difícil é abandonarmos valores próprios da cultura burguesa (alguns anteriores a esta) em que vivemos e fomos cotidianamente formatados (sexismo, machismo, homofobia, competição, racismo, preconceito, etc). Este não é um processo simples, nem imediato, e tampouco se tem a ilusão de que uma transformação total e absoluta é possível, como se houvesse um interruptor disponível que possamos acionar. Sabemos que estamos falando de pessoas de carne e osso; mas é preciso sempre pautar a ligação estreita que pretendemos dar, entre a utopia e a ética.

A organização requer apenas o mínimo de autocrítica e lucidez, ao compreender as suscetibilidades que nos formam sob o sistema de dominação que vivemos e a abertura do militante para sua conversão ao projeto libertário. Um programa libertário muito bem formulado dentro dos movimentos e espaços sociais que atuamos pode naufragar completamente se nos comportamos da mesma forma que nossos inimigos de classe ou reproduzimos comportamentos políticos e sociais que condenamos no outro. Não se convence ninguém sem exemplos ou comportamentos aproximados e apropriados à nossa ética libertária, que deve estar refletida em nossas práticas. O ditado popular, identificando a contradição usual entre discurso e ação no seio da sociedade burguesa, já o diz: “Uma ação vale mais do que mil palavras”. Não importa a capacidade de uma organização traduzir racionalmente seus projetos e programas políticos (panfletos, livros, discursos), se seus militantes não conseguem convencer pelos exemplos, sua adesão e coerência ética ao projeto político que pretendem realizar. Obviamente isto não é um projeto simples, mas é importante que seja um horizonte dos que pretendem interferir politicamente na realidade.

A importância da vontade, dos elementos subjetivos e da intenção política no trabalho de base.

“O Anarquismo como método para realizar a anarquia por meio da liberdade.” Malatesta

No trabalho cotidiano, ao estimular a organização popular, pode-se identificar uma dimensão mais objetiva da nossa política, que está relacionada às propostas concretas e a um método de se organizar autônomo e independente. Há, no entanto, uma dimensão subjetiva, intuitiva, que costura todo o trabalho social que fazemos e reforça a importância política de se estar organizado. Essa dimensão reforça e constrói aspectos identitários. Ideal Peres, num dos momentos de rearticulação dos militantes anarquistas cariocas, dizia-nos que era preciso “explodir bombas nos corações dos trabalhadores”. Referia-se à necessidade de compartilhar os sentidos, signos e significados da utopia no próprio cotidiano militante e assim transformar, pelas conquistas sociais e políticas, mentes e corações.

Deste modo, nossa vontade de transformação e nossas intenções conformam um imagi-

nário social e político de matriz revolucionária. Pensar nesse imaginário apenas como um modelo acabado e definido (uma ideologia mais ou menos consciente) já prescrito nos livros e brochuras é ignorar toda uma tradição popular que se assenta na resistência histórica da classe. Seguindo a analogia de Neno Vasco, se a *ideologia* anarquista se pretende o “fermento do bolo” e já o sabemos que a vontade de comer (necessidades materiais) está posta na ordem (capitalista) do dia, lembremos que a “feitura do bolo” é atravessada por práticas de resistência que não podem ser reduzidas apenas ao *algoritmo* de uma receita. Esses elementos *imaginários* da classe (símbolos, significados, ícones, representações) estão arraigados na cultura popular e são manejados eficientemente por nossos inimigos, que nesse sentido também propõem e mobilizam ideologicamente alguns milhares ou milhões. Longe de reduzir as questões da transformação radical às oposições dualistas já consagradas pelos debates *clássicos* (subjetivo x objetivo, material x ideal, etc.) do campo do socialismo, propomos articular esses três elementos. A partir da luta e da auto-organização da classe para resolução de suas necessidades materiais, nos esforçarmos para enraizar a ideologia política operacionalizada pela organização específica anarquista com os elementos imaginários da resistência da classe. Uma tarefa gigantesca que só pode colher seus frutos com o esforço coletivo e consciente dos que acreditam na transformação social por uma matriz libertária.

Federação Anarquista do Rio de Janeiro - FARJ

*Texto apresentado no ConCAB, 2012

Notícias Libertárias

MOBILIZAÇÕES NA CÚPULA

DOS POVOS A semana de 15 a 22 de junho foi de muita luta. As ruas do Rio de Janeiro estiveram tomadas pelo povo em manifestações de repúdio à reunião dos chefes de estado na Rio + 20 que junto das corporações transnacionais burguesas firmavam estratégias para consolidar o capitalismo verde, transformando em mercadoria o manejo dos recursos naturais. As mobilizações organizadas pelos movimentos sociais na Cúpula dos Povos, evento alternativo à Rio + 20, transpareceram para a sociedade que é através da massificação e convergência da luta dos povos oprimidos que devemos responder às nefastas intenções do capital e não através das urnas ou de inúteis negociações. Que cada vez mais os oprimidos se unam nas ruas e nos campos, pois é na ruptura e autoafirmação dos povos hoje que construiremos um amanhã mais justo.

ABRIL CAMPESINO! Nos dias 13 e 14 de abril celebramos no município de Campos dos Goytacazes o aniversário de 15 anos do Assentamento Zumbi dos Palmares. Na semana seguinte, atuamos na

Jornada de Lutas do MST em memória dos 21 companheiros assassinados no Massacre de Eldorado de Carajás, em operação da Polícia Militar do Pará no dia 17 de abril de 1996; esta data se tornou oficialmente o Dia Mundial da Luta Campesina. Participamos também dos atos de ocupações de rodovias e do INCRA no Rio de Janeiro. Em Santa Catarina, participamos de 18 a 22 de abril do III Seminário Nacional de Formação Camponesa e da V Festa e Feira Nacional das Sementes Crioulas, promovida pela Via Campesina.

VIVA OS TRABALHADORES DO

CAMPO!! Um especial agradecimento aos agricultores da COOPATERRA - Cooperativa de Produtores Agroecológicos Terra Viva do MST-RJ - que contribuíram na alimentação do Congresso de fundação da Coordenação Anarquista Brasileira com produtos oriundos da luta pela reforma agrária e agricultura familiar livre de agrotóxicos e transgênicos. Que possamos cada vez mais estar ombro a ombro na construção de um povo forte!! **QUANDO O CAMPO E A CIDADE SE UNIR, A BURGUESIA NÃO VAI RESISTIR!!!**

Biblioteca Social Fábio Luz — Fundada em 18 de novembro de 2001

Nosso acervo compreende livros sobre anarquismo, mov. operário, biografias, história, filosofia, literatura, ciências sociais, além de periódicos, fanzines e DVDs.

Rua Torres Homem 790, 2º andar, Vila Isabel. Sábados de 9h às 17h. fabioluz@riseup.net

Libera, 2.000 exemplares. Subscrições para esta edição:

Alga, Berneri Carnu, Campos, Caralâmpio, Cauã, Durden Poulain, Gaiamontenegro, Jack, Jonathan, Katonigra, PH, Rudesindo, Sergio, Rum, Zabalaza.

Apoie o Libera você também: farj@riseup.net



ENDEREÇOS LIBERTÁRIOS - BRASIL: CABN/SC www.cabn.libertar.org | ORL/CE resistencialibertaria@riseup.net | Núcleo Negro/PE nucleonegro.wordpress.com | OASL/SP www.anarquismosp.org | FAG/RS www.vermelhoenegro.org/fag | Rusga Libertária/MT rusgalibertaria.blogspot.com | CAZP/AL www.cazp-al.blogspot.com | GEIPA/SC www.geipajoinville.blogspot.com | CALC/IPR coletivoanarquistalutadeclasses.wordpress.com | <http://www.compa.br> | COMPA/BH www.socialismolibertario.com.br | ÁFRICA DO SUL: ZACF www.zabalaza.net | ARGENTINA: OSL www.osl.org.ar | FACA <http://lafaca.org> | COLÔMBIA: RLPKM www.redlibertariapmk.org | BOLÍVIA: OARS www.oars.tk | CHILE: OCL ocl.chile@gmail.com | CAL labatalladelostrabajadores.blogspot.com | COSTA RICA: Pró-FAC (Círculo de Estudos la Libertad) <http://revistalalibertad.blogspot.com> | FRANÇA: CNT Vignoles www.cnt-f.org | MÉXICO: AMZ <http://espora.org/amz> | CAMA <http://espora.org/cama> | PERU: USL www.uslperu.blogspot.com | URUGUAI: FAU www.nodo50.org/fau | CSL <http://periodicorojoynegro.blogspot.com> | EUA/CANADÁ: NEFAC www.nefac.net | UCL www.causecommune.net | ITÁLIA: FdCA www.fdca.it | IRLANDA: WSM www.wsm.ie | ESPANHA: CNT www.cnt.es | CGT www.cgt.org.es | www.anarkismo.net